

DIVERSIDADE, INCLUSÃO E GESTÃO EDUCACIONAL: AS AMEAÇAS DAS POLÍTICAS CONSERVADORAS NA EDUCAÇÃO PÚBLICA

Coordenação: Prof. Dr. José Augusto Brito Pacheco – UMINHO/Portugal

O presente Simpósio pretende abordar o tema da diversidade sob a ótica das políticas conservadoras e seus desdobramentos na educação pública brasileira e portuguesa. Parte-se do pressuposto que essas políticas têm incidência sobre a agenda educacional de forma a definir os currículos, a formação de professores, a gestão da política educacional e das instituições, bem como o financiamento. Assim, o Simpósio apresenta uma reflexão sobre as ameaças em curso para as políticas inclusivas, a gestão democrática do planejamento da educação, da escola e da universidade. Do mesmo modo, discute como essa perspectiva conservadora criou uma agenda com projetos próprios como a expansão da militarização da educação pública no Brasil e a revisão da Política Nacional de Educação Especial.

No caso brasileiro, a experiência de quatro anos com um governo de extrema direita impactou severamente as políticas educacionais em todas as suas esferas. Os trabalhos apresentados nesse simpósio destacam como em diferentes áreas a guinada conservadora dessa agenda trouxe impactos importantes para a Educação Pública e seguem sendo uma ameaça que precisa ser combatida. Ao mesmo tempo, os trabalhos almejam refletir sobre as possibilidades futuras de retomar o princípio da diversidade, como premissa dos direitos humanos, no contexto luso-brasileiro, como orientadora das políticas educacionais.

A construção de uma Educação Especial conservadora na contramão da agenda da Educação Inclusiva

Profa. Dra. Geovana Mendonça Lunardi Mendes – UDESC/Brasil

Se tomarmos como referência o documento Educação para todos de Jontien, temos mais de 30 anos de defesa de orientações de Educação Inclusiva no mundo. No Brasil, especificamente no campo da Educação Especial, a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, de 2008, comemora 15 anos. Ao longo desse percurso, a Educação Especial, avançou muito em seus debates, trazendo para o seu centro de discussão os Direitos Humanos e nesse mote, as questões relativas ao modelo social da Deficiência, a acessibilidade e o desenho universal e a defesa intransigente do direito à Educação.

No entanto, ao assumir o poder, o governo Bolsonaro, coloca a necessidade de modificação da compreensão da Educação Especial a partir de um novo Decreto Nº 10.502, de 30 de setembro de 2020 (BRASIL, 2020), que instituiu a Política de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com aprendizado ao longo da vida. A suspensão desse Decreto, fruto de embates das entidades científicas, políticas e da sociedade civil, buscou barrar um retrocesso na forma de compreensão da Educação especial. Neste trabalho, vamos buscar entender como essa “virada” conservadora da educação especial, nega os avanços legais, pedagógicos e de produção científica desenvolvidos no campo da Educação Especial e denota interesses na arena política, de retomada e de defesa do acesso a instituições segregadas, filantrópicas e privadas e ao

modelo médico de compreensão da deficiência. Como aponta Pletsch e Souza (2021) o referido Decreto gera um processo de interpretação e de tradução do texto que equivocadamente desvincula e retrocede toda a perspectiva de Educação Inclusiva da PNEEPEI (BRASIL, 2008b) e os avanços do campo da Educação Especial, trazendo novamente o “receio” da retomada da perspectiva médico-patológica e do espaço segregado.

A Escola pública ao serviço da inclusão e da diversidade cultural
Profa. Dra. Jesus Maria Sousa – Universidade da Madeira/Portugal

Com base na Carta do Conselho da Europa sobre a Educação para a Cidadania Democrática e para os Direitos Humanos, no quadro da Recomendação CM/Rec (2010)7 (CoE), a Educação é vista como o grande meio de promoção dos valores da democracia, no respeito dos direitos humanos característicos de um Estado de Direito, apelando-se, por isso, à luta contra a violência, o racismo, extremismo, xenofobia, discriminação e intolerância, através de práticas pedagógicas que visem a formação do cidadão que consegue reconhecer o seu papel na sociedade, com lugar para o outro diferente.

Encarando o Currículo como a corporificação da cultura cujo legado sócio histórico se pretende transmitir às novas gerações (Sousa, 2015), é responsabilidade da Escola pública combater o fosso que separa e diferencia, categorizando e hierarquizando culturas dominantes face às demais, num processo hegemónico de superioridade cultural, étnica, racial e religiosa, tendo como lente de análise crítica os estudos culturais (Giroux et al., 1988; 1989; 1993; 1997) e as teorias pós-coloniais (Altbach, 2003; Aschcroft, et al, 2013; Docker, 2003; Nkrumah, 1965).

A diversidade como potência na gestão democrática da política educacional
Profa. Dra. Maria Beatriz Luce – UFRGS/Brasil

A construção dialógica da política educacional, uma bandeira da redemocratização do país desde o movimento por um novo ordenamento constitucional e legal, nos anos de 1980, encontrou um de seus ápices nas conferências municipais, estaduais e nacional de elaboração do Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2010 e 2014). No mesmo sentido, atuaram as conferências focalizadas nas mais importantes questões e modalidades da educação básica e superior. Em todas estas ocasiões foram enfatizados como elementos estratégicos para a democratização da/na educação (LUCE; MEDEIROS, 2006) a participação popular e o controle social, a cooperação e a colaboração federativa. A diversidade cultural e étnico-racial emergiu como preceito constitutivo do Sistema Nacional de Educação para sustentar não apenas a educação como direito humano, a justiça social e a inclusão, mas também a formação para a cidadania, o trabalho e o desenvolvimento sustentável. Por conseguinte, entendemos a diversidade como potência instituinte da gestão democrática das políticas de Estado e da gestão institucional, seja das escolas ou das universidades; potência para o enfrentamento das desigualdades e o reconhecimento da pluralidade de ideias e

concepções como das liberdades. No entanto, as adversidades políticas do neoconservadorismo, autoritário e privatista, que se espalhou no Brasil atingiram a fundo a participação na base escolar e universitária como a representação crítica às proposições metodológicas e de conteúdo das políticas públicas de educação, a exemplo do apagamento oficial dos estudos e processos de acompanhamento e avaliação dos planos de educação e da imposição de reformas curriculares, avaliações padronizadas e desconstrução da formação e produção docente e das carreiras profissionais, além da desconsideração da capacidade de pesquisa e inovação nas escolas e universidades públicas. Tivemos, pois, um golpe de *modus operandi* autoritário e alinhamento programático conservador e excludente, que minou a autonomia das instituições de ensino com acelerada sanha reformista. Na perspectiva de 2023, auspiciosamente democrática, cumpre valorizar a diversidade nos elementos de resistência e retomar o espaço de debate público da política educacional.

Militarização da escola pública e as ameaças à gestão democrática na educação brasileira

Profa. Dra. Miriam Fábia Alves – UFG/Unirio/CNPq/FAPERJ

Esse simpósio pretende pôr em relevo o debate da gestão democrática e as ameaças provocadas pela militarização da educação no Brasil. Podemos dizer que em um país tão diverso não é possível falar de um processo de militarização, no singular, pois para além das diferenças regionais, estaduais e municipais, esse processo sofre mudanças ou alterações, de acordo com as forças políticas da localidade, o que indica a complexidade do tema. Escolas militarizadas, colégios militares, colégios da Polícia Militar, colégios dos bombeiros, são termos utilizados como sinônimos para institucionalidades diferentes, indicando a dificuldade em precisar os processos em curso. O Simpósio pretende contribuir para a explicitação desses processos, bem como do que é militarizar a escola pública e os desdobramentos na gestão escolar. Para análise do fenômeno no Brasil vamos recorrer a bibliografia sobre o tema, como Alves, Toschi, Ferreira (2018), Alves; Toschi (2019); Santos et all (2019) e Santos e Alves (2022) e para a análise do avanço conservador no Brasil recorremos aos estudos de Apple (2003). Além disso, acompanhando a política de militarização das escolas públicas e participando de inúmeros debates, palestras e mesas redondas, foi possível aprofundar as experiências em curso o que nos permite afirmar que esse movimento indica as ameaças à gestão democrática e à democracia no Brasil, uma vez que o controle das escolas nas mãos dos militares exclui os profissionais da educação e impõe uma lógica perversa de controle dos estudantes na qual a formação de um cidadão disciplinado é largamente alardeado como o diferencial educacional que tem como foco a disciplina, o respeito, a pontualidade, a busca de sucesso pessoal e profissional. O modelo ressalta uma perspectiva de formação de um cidadão adequado à lógica do capital, do empreendedorismo, defensor da lógica meritocrática e alinhado com uma sociedade conservadora. Por fim, compreendemos que no entrecruzamento desses dois fenômenos – militarizar escolas públicas e neoconservadorismo – identificamos ameaças à gestão democrática e à escola pública brasileira.